

15º Exame de Ordem - 2ª fase - 2001

Direito Civil

1. Mozart, como locador de imóvel comercial à empresa Beethoven Produções Ltda., é citado para os termos da ação renovatória promovida pela locatária, distribuída a um dos Juízos de família da Comarca do Rio de Janeiro, cidade de domicílio de ambos e onde também se situa o imóvel locado. Você, advogado, procurado e contratado pelo locador, verifica que:

a) O Juízo é incompetente para a causa;

b) Mozart pretende a retomada do imóvel para uso próprio, pois pretende abrir uma lanchonete no local;

c) Em caso de renovação, o aluguel ofertado pela inquilina, de R\$ 1.000,00 mensais, é insuficiente, considerando-se a localização privilegiada e as condições do prédio, havendo laudo de empresa imobiliária obtido por seu cliente com o valor locatício mensal de R\$ 2.500,00 mensais.

d) Há solicitação do cliente no sentido de requerer, se possível, que no curso da ação seja a locatária compelida a pagar aluguel superior aos R\$ 700,00 mensais que vem pagando,

Elabore a peça de defesa cabível.

Advogado: ORLANDO GOMES

OAB: 1.000

End: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

Responda as questões seguintes no máximo em 15 (quinze) linhas.

2. João e Pedro realizam um negócio jurídico em que o primeiro se obrigou a fornecer, no curso de 90 dias, por preço certo, de logo adiantado, 20 vacas leiteiras da raça holandesa, dentre as melhores de seu pasto. Cláusula especial estabeleceu que, no *dies ad quem* do termo, poderia João desobrigar-se, entregando, no lugar do gado, 5 cavalos de raça manga larga marchador, de sua criação no Haras Primavera, no município vizinho.

Uma súbita epidemia dizimou todo o rebanho bovino de João impedindo a entrega das 20 vacas. Pedro, então exigiu os 5 cavalos, invocando o artigo 885 do Código Civil. Defina qual a espécie de obrigação assumida por João e se terá êxito judicial ou não a pretensão de Pedro.

Responda fundamentadamente.

3. Miguel compra de Gustavo um terreno para construção. Do terreno desfrutava-se uma bela vista sobre um monte vizinho. Nas negociações preliminares, Gustavo assegura a Miguel que, no espaço entre o terreno e o monte, não seriam feitas quaisquer construções.

Concretizada a operação, Miguel constrói no local uma casa de moradia, cujo valor é 6 (seis) vezes o do terreno. Meses depois, Gustavo adquire o espaço (área remanescente) e procede edificações, que prejudicam a vista de Miguel sobre o monte. Do contrato celebrado não constava

qualquer cláusula que extravasasse a normal compra e venda.

Todavia, Miguel alegando grandes prejuízos com a perda da paisagem e afirmando que, em função desta, realizou a compra, ajuíza a competente ação, pedindo condenação do vendedor no pagamento de indenização. Estabeleça se é devida ou não a indenização, explicitando os fundamentos jurídicos da sua resposta.

4. Como deve proceder o adquirente de propriedade rural, situada na Comarca de Duque de Caxias/RJ, portador de escritura pública de compra e venda, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis, para obter a posse do imóvel, sabendo-se que a compra e venda ocorreu em janeiro do corrente ano e que a propriedade rural encontra-se ocupada por posseiros há mais de dois anos?

5. Manuel contrata com empresa de fomento mercantil financiamento para aquisição de um automóvel, com reajuste das prestações atreladas à variação cambial do dólar americano, confiando na estabilidade cambial do país, política pública prioritária, até então. Sobrevém uma grave crise cambial que dobra o valor devido da obrigação em moeda nacional. Manuel deseja rever o contrato, para vincular a obrigação à variação do INPC. A empresa de fomento mercantil alega em sua defesa, dentre outros argumentos, que o que se contrata, tem-se que pagar; que a forma de reajuste do contrato foi livremente pactuada pela partes; que a situação não resulta de abusividade da sua parte e sim de uma política pública econômica, caracterizando o fato do príncipe. É viável ou não o êxito judicial da pretensão de Manuel? Quais os fundamentos jurídicos que justificariam sua pretensão? Se não for sustentável juridicamente a sua pretensão, quais seriam os fundamentos jurídicos que a inviabilizariam?

Responda fundamentadamente.

6. A Construtora Tijolo erigiu um prédio de apartamentos em plena zona residencial da Capital, vendendo, imediatamente, todas as unidades. Os adquirentes com seus títulos de domínio devidamente registrados, constataram, recentemente, oito anos após o recebimento da obra, que as placas de granito, que constituem o acabamento externo do prédio, começaram a se soltar e a cair, tanto dentro da área de circulação do edifício quanto na rua, representando grave risco para as famílias dos moradores e para os transeuntes. Nestas circunstâncias, os condôminos podem pretender a responsabilização da Construtora?

Responda fundamentadamente.

Direito Penal

1. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia contra João da Silva, imputando-lhe a prática do crime descrito no artigo 157 do Código Penal. Alega o Promotor de Justiça que o denunciado teria roubado um grupo de turistas americanos, subtraindo-lhes a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e algumas jóias e relógios.

Ao final do procedimento criminal, o Juiz de Direito, após receber as alegações do Promotor, que insiste no pedido feito em sua inicial, determina seja aberta vista à Defesa para apresentar suas alegações.

Como advogado de João da Silva, redija a petição defensiva, abordando necessariamente os seguintes pontos: (1) tese de defesa, (2) conjunto probatório e (3) pedido final.

Advogado: OSCAR MARTINS

OAB: 1.000

2. A Secretaria da Receita Federal publicou edital instituindo concurso para fiscal de tributos federais, no qual estabeleceu como condição para a inscrição ter o candidato menos de 50 anos de idade. Paulo interessou-se pelo concurso, mas, a sua idade estava além de 50 anos e, por isso, resolveu adulterar sua carteira de identidade, de modo a que a mesma registrasse que ele tinha 49 anos, após o que procedeu à inscrição. A conduta de Paulo tem relevância jurídico-penal? Em caso positivo, de forma justificada, qual o crime cometido?

3. Antonio, sabendo que era portador de doença venérea, mediante grave ameaça, mantém relação sexual com jovem de 15 anos. Instaurada ação penal, Antonio vem a ser condenado no mínimo da pena. No seu entendimento, quais os dispositivos penais violados por Antonio? Há que se falar em concurso de crimes? Em caso positivo, para fins de aplicação da pena, o concurso seria material ou formal?

4. João, jornalista, fez publicar nota no jornal em que trabalha, na qual adjetiva Pedro de ladrão, afirmando que este subtraiu as jóias de sua vizinha. Pedro ingressou em Juízo com ação penal de iniciativa privada, formulando pedido de condenação, o qual foi julgado procedente, tendo o Juiz condenado o querelado nas penas dos artigos 20, 21 e 22, da lei de Imprensa. Está correta a decisão do Juiz? Justifique.

5. Maria, grávida em decorrência de estupro que sofreu, resolve praticar equitação, embora prevendo a possibilidade de abortamento. A agressividade do galope efetivamente provoca-lhe aborto. Praticou Maria o crime previsto no artigo 124, do Código Penal? Poderia haver aplicação analógica do disposto no artigo 128, inciso 11, primeira parte, do Código Penal?

6. Flávio, por ter violado a norma incriminadora do artigo 146, do Código Penal, resultou condenado à pena de 6 meses de detenção. Sendo Flávio primário e não havendo prescrição, quais os benefícios que o Juiz poderia conceder-lhe, de modo a que o mesmo não fosse levado à prisão? Indique todos os dispositivos condizentes com a resposta.

Direito Trabalhista

1. Augusto Giuliano e Rui Santoro, devidamente qualificados na inicial, ajuizam em 18/04/2001 uma reclamação trabalhista em face de LSM Fundições e Montagens S.A. Informam que foram contratados em 07/01/93 e 05/03/94 respectivamente. Declaram na petição inicial que o primeiro recebeu como último salário base a quantia de R\$ 3.000,00 para o exercício das funções de assistente administrativo e o segundo recebeu como último salário-base o valor de R\$ 4.380,00 nas funções de analista de sistemas. Esclarecem que foram injustamente dispensados em 03/07/2000, ocasião em que receberam as verbas resilitórias com a assistência da entidade sindical representante da categoria profissional. O sindicato profissional consignou no termo de rescisão do contrato de trabalho de cada trabalhador que o recebimento dos valores era feito sob ressalva de créditos que os ex-empregados entendiam devidos e que são objeto da petição inicial.

Aduzem os ex-empregados na petição inicial que:

- A empresa não observou as normas coletivas de trabalho dos bancários, quanto ao adicional por tempo de serviço e da multa pelo atraso nos salários nos meses de abril e maio de 2000;

- A empresa firmou acordo coletivo de trabalho e reduziu os salários nos meses de junho, julho e agosto de 1999 em flagrante desrespeito ao princípio da irredutibilidade do salário;

- O 2º reclamante (Rui Santoro) recebeu adicional de transferência durante 1 ano e 3 meses (6/98 a 9/99) quando prestou serviços na cidade de

Fortaleza, porém não teve esse adicional integrado ao seu salário para todos os efeitos contratuais quando do seu retorno ao Rio de Janeiro (base contratual), inclusive por ocasião do pagamento das verbas rescisórias.

- O 1º reclamante (Augusto Giuliano) foi eleito Diretor Administrativo da empresa em 01/03/98, com mandato de 2 anos, sem que esta lhe pagasse férias e gratificação de Natal, durante esse período;

- O 2º reclamante (Rui Santoro) exercia função análoga àquela prestada pelos modelos Vera Lucia da Silva e Roberto Vargas, sustentando que, apesar destes terem sido contratados em outubro de 1999, percebiam salários superiores aos por ele recebidos;

- A empresa não pagou em triplo os feriados trabalhados no ano de 2000, conforme determina a lei;

Com a fundamentação os reclamantes reclamam:

- a) Adicional por tempo de serviço devido durante todo o contrato dos autores.
- b) Multa por atraso nos pagamentos dos salários de abril e maio de 2000.
- c) Diferença dos salários reduzidos em junho, julho e agosto de 1999.
- d) O 2º reclamante (Rui Santoro) adicional de transferência a partir de outubro de 1999, inclusive, e a sua incorporação no salário para o cálculo de todas as verbas salariais e rescisórias.
- e) O 1º reclamante (Augusto Giuliano) férias e gratificação natalina no período de março/98 a março/2000.
- f) O 2º reclamante (Rui Santoro) equiparação salarial.
- g) Horas extraordinárias.
- h) Feriados em triplo.

Pedem a citação da reclamada, atribuam à causa o valor de R\$ 20.000,00 e pedem seja julgada procedente a reclamação.

Analisando os dados da petição inicial do processo RT 5432/2001 da 753 VT-RJ, prepare a defesa da LSM Fundições e Montagens S.A. nomeando Luiz Marcelo, como advogado da empresa.

Advogado: LUIZ MARCELO

OAB: 10.000

End: Rua Brasil 1.500 - Rio de Janeiro/RJ

2. Fernanda Carneiro, empregada de Paulo Turismo & Viagens Ltda, falta ao serviço por 7 dias em decorrência de uma forte gripe. Apresentando atestado médico e sendo segurada do INSS, como é conceituada essa descontinuidade da prestação de serviços? São devidos os salários desses dias? De quem deve a empregada reclamá-los? Considerando a mesma hipótese, porém elevando as faltas de 7 para 17 dias, responda as mesmas indagações.

3. Luiz Antonio Gama recebe numa sexta-feira a notificação da sentença proferida nos embargos de declaração opostos por ele. Quando finda o prazo para interposição de recurso ordinário, considerando que o 4º dia do prazo recai no dia 01/05 (feriado) e que nos embargos declaratórios, quando opostos, Luiz Antonio gastou 3 dias do prazo daquele recurso.

4. Bartolomeu Marques, inconformado com o acórdão de uma das turmas do TRT, da 1ª Região, pretende interpor recurso de revista. Pergunta-se: Qual o órgão competente para julgar o recurso de revista? Em que caso é cabível e qual o prazo para a sua interposição?

5. Fred Freitas firmou com a empresa C.S.F. Informática Ltda um contrato de experiência de 45 dias, que foi prorrogado por mais 45 dias. Quando do término do contrato de experiência, o empregado foi informado que seu empregador estava em processo de fusão com a empresa Mcecília Ltda para constituição da MCSF União Informática Ltda. Por isso, o empregador solicitou ao empregado Fred Freitas que aguardasse a fusão que iria acontecer 2 dias após o término de seu contrato de experiência e que ele deveria continuar trabalhando normalmente, pois só após a fusão o empregador verificaria a sua permanência na nova empresa constituída. Pergunta-se:

a) Qual a consequência no contrato de trabalho de Fred Freitas, considerando a prestação de serviços até a data da fusão das empresas?

b) Como deve ser feita a contagem do prazo do contrato de experiência, considerando que este (contrato de experiência) teve início em 14/01/2001?

6. Andréa Toledo ajuizou reclamação trabalhista postulando um adicional de insalubridade em grau médio durante todo o seu contrato de trabalho mantido com a empresa Iluminada Ltda. O contrato ocorreu no período de 06/06/1988 a 29/04/2001. Indaga-se:

a) A quem incumbe caracterizar a existência das condições de riscos ambientais do contrato de trabalho na reclamação trabalhista que justifique o pedido de insalubridade? E de quem é o ônus de tal prova?

b) O pagamento do adicional de insalubridade pode ser evitado com a eliminação dos riscos ambientais? Justifique a resposta.

c) A ex-empregada, comprovando um motivo poderoso que impediria o seu comparecimento em uma audiência na Justiça do Trabalho, pode ser substituída para evitar algum prejuízo processual? Justifique a resposta.

Direito Comercial

1. Antonio de Oliveira, Joaquim Ribeiro e Manoel Pimentel são sócios da sociedade Posto de Gasolina Estrela do Mar Ltda. Todos possuem idêntica participação no capital social, que é de R\$ 3.000.000,00 e se encontra totalmente integralizado. Manoel Pimentel vai procurá-lo em seu escritório de advocacia, para consultá-lo sobre a validade da deliberação majoritária tomada pelos dois outros sócios, em Reunião de Sócios à qual Manoel não esteve presente, por ter estado viajando. A referida deliberação foi tomada pela unanimidade dos presentes à Reunião de Sócios, e consistiu em inserir nova cláusula no Contrato Social, até então omissa quanto a esse tema específico, para autorizar que a transformação do tipo societário seja possível por decisão da maioria. Elabore uma carta-parecer destinada a Manoel, esclarecendo sua opinião a respeito, e fundamentando-a de modo a responder à consulta feita.

Advogado: TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE

OAB: 1.000

End.: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

Responda as questões seguintes no máximo em 15 (quinze) linhas.

2. Sandra Célia Gentil irritou-se por razões pessoais com uma prima Ana Regina Teixeira, diretora-presidente da Petropolitana - Importações e Exportações S.A, quando ambas, acionistas da empresa, estavam presentes à Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas, Sandra Célia procurou então seu advogado, a quem expressou sua intenção de, na qualidade de acionista controladora, propor aos demais sócios a destituição de Ana Regina do cargo que ocupa na administração, e a expulsão da mesma da sociedade, pois, segundo disse, "ela passara a ser sua inimiga". Como seu advogado, responda fundamentadamente à dupla consulta: opine quanto à possibilidade de destituição e quanto à de expulsão.

3. Se, no ato de subscrição do aumento de capital de uma S/A, um acionista contribuir com um título de crédito emitido por terceiros, quem responde perante a sociedade pela solvência do devedor?

4. O contrato de mútuo feneratício é suscetível de protesto? Fundamente sua resposta.

5. Cite dois (2) requisitos legais indispensáveis para que um contrato de empréstimo bancário vencido e não pago seja título hábil para instruir um requerimento de falência.

6. Um cheque é passível de ser garantido por aval? Fundamente sucintamente.

Direito Tributário

1. A Defensoria Pública Geral do Estado, o Ministério Público do Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil, todos sediados na avenida Marechal Câmara, Centro, Rio de Janeiro, constataram que em suas contas de telefone, vem embutido ICMS.

Marcelo Menezes Bustamante, José Muiños Piñeiro Filho e Octavio Gomes, representantes das referidas instituições acima, contratam V.Exa. para elaborar parecer a respeito da constitucionalidade e legalidade da mencionada tributação.

Sugestão: elaborar parecer com ementa, introdução, mérito e conclusão, abordando no mérito o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência aplicável ao caso.

Advogado: RICARDO LOBO TORRES

OAB: 1.000

End: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

2. A imprensa tem informado a respeito da sobretaxa de até 200 por cento, nas contas de luz, criada pelo governo para punir os consumidores que não pouparem energia.

A Associação de Moradores de Icaraí/Niterói-RJ quer lhe contratar com intuito de adotar medida contrária aos eventuais 200%.

Dentro do seu escritório de advocacia, durante reunião, o Presidente da Associação (que cursa o 3º ano de Faculdade de Direito) faz as seguintes perguntas: a) O que a Cerj cobra é um tributo? b) A sobretaxa viola algum princípio constitucional tributário?

Responda indicando o fundamento legal.

3. A transmissão *causa mortis* de bem e direito de valor global equivalente a 100 (cem) UFERJs, vigente à data da avaliação está isenta do imposto de transmissão *causa mortis* - ITCM.

Faleceu o Sr. Ribeiro deixando 5 (cinco) herdeiros e bens no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

A família do falecido contrata-lhe para fazer o inventário dos bens, fazendo de imediato as seguintes perguntas: a) Será devido o referido imposto? b) Qual será o valor que teremos que pagar de ITCM?

Responda indicando o fundamento legal.

4. O Decreto 3.658/2.000 elevou a alíquota do imposto nas exportações de armas e munições de zero para 150%, para os países da América do Sul, América Central e Caribe.

O representante da Fábrica de Armas Bang Bang, seu ex colega de Faculdade, lhe telefona lamentando que a alíquota de 150% do imposto vai prejudicar as empresas nacionais que exportam armas e munições, pois ficarão em situação de competição desfavorável em relação às empresas internacionais.

Como advogado que argumentação e que medida judicial poderia usar na defesa do interesse do seu colega?

5. Nelson, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, após anos e anos economizando, vai comprar um imóvel construído pela CEHAB (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro).

De acordo com as informações que obtive do corretor de Imóveis, trata-se de uma transferência de propriedade onde a operação está isenta do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITIV.

O seu cliente Nelson, antes de ir ao Cartório de Registro Geral de Imóveis - RGI, formalizar a compra e venda, preocupado com o dever de pagar ou não o ITIV, pergunta-lhe: a) Doutor, basta alegar perante o oficial público do RGI que o caso é isenção para não ter pagar o tributo; b) Ou é preciso tomar alguma outra providência? Qual?

Responda indicando o fundamento legal.

6. Uma Empresa que está em atraso com diversos tributos (federais, estaduais e municipais), com medo das elevadas multas que geralmente são aplicadas pela fiscalização nestes casos, consulta-lhe sobre as vantagens da denúncia espontânea.

Responda indicando o fundamento legal.

Direito Administrativo

1. Emita um parecer - assinando-o como ALMEIDA GARRETT, para que sua prova não seja identificada, o que acarretaria sua nulificação - respondendo à quesitação que lhe é submetida nos seguintes termos:

"Disponibilidade de servidor público civil, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, pode ser considerada, no Estado Democrático de Direito e em (ou para fins de) processo administrativo disciplinar ou medida sucedânea, equivalente ou substitutiva de afastamento preventivo? "

Advogado: ALMEIDA GARRETT

OAB: 1.000

End.: Ed. do FORUM do Rio de Janeiro

As questões que seguem, valendo 1 ponto cada, devem ser respondidas objetivamente, com base na legislação aplicável e eventualmente, na jurisprudência, dispensável transcrição de subsídios doutrinários, contidas as respostas no espaço a elas delimitados (10 linhas) no caderno da prova para permitir aferição de domínio por parte do examinado, com precisão e concisão vernaculares do conhecimento do direito aplicável à área.

2. Em que consiste o, assim denominado legalmente, *apossamento administrativo*? Quais as suas conseqüências?

3. Quais são os principais instrumentos do princípio regeedor da atividade administrativa denominado, inclusive constitucionalmente, *planejamento*, que é obrigatório para o setor público e meramente indicativo para o setor privado?

4. O exercício regular do *podere de polícia*, que é atividade administrativa e, também, fato gerador de tributo, pode comportar *discricionariedade*. Para que seja considerado *regular*, quando exercido *discricionariamente*, o poder de polícia deve atender a que pressupostos legalmente estabelecidos?

5. Como agente *normativo e regulador da ordem econômica* pode o Estado, na sua atividade administrativa de prestação direta ou indiretamente, de serviços públicos, descumprir sem que possa ser responsabilizado objetivamente pelos danos causados a terceiros, o *princípio constitucional da defesa do consumidor*?

6. Subsiste, para o expropriado, o direito de reivindicação de bem cuja incorporação ao domínio público se verificou em processo judicial de desapropriação viciado de nulidade?